



Revista
Gestão & Políticas Públicas

Resenha crítica

**Dos Movimentos Sociais às Políticas Públicas:
contribuições da Psicologia Política**

*From Social Movements to Public Policies:
contributions from Political Psychology*

*De los Movimientos Sociales a las Políticas Públicas:
aportes de la Psicología Política*

*Des Mouvements Sociaux aux Politiques Publiques:
contributions de la Psychologie politique*

Obra: No Interstício das Disciplinaridades: a Psicologia Política

Organizadores:

Cidade: Curitiba

Editora: Prismas

Ano: 2015

Páginas: 310

ISBN-10: 8555070570

ISBN-13: 978-8555070570

Iván Omar Godoy-Flores ¹

¹ Bacharel em Administração de Empresas, mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pesquisador do Grupo de Psicologia Política da Universidad de Tarapacá, Arica, Chile, e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo, Brasil.

O título deste novo livro de psicologia política, organizado pelos acadêmicos Alessandro Soares da Silva e Felipe Corrêa, não passa despercebido. Seja pela noção de tempo e espaço que propõe o termo interstício sobre as disciplinaridades, seja porque fazia tempo que não chegava às livrarias um título sobre psicologia política¹. O livro *No interstício das disciplinaridades: A psicologia Política*, publicado pela editora Primas é uma seleção primorosa de textos sobre este campo de estudos das ciências sociais que não se limita só a autores brasileiros.

O livro faz um percurso lógico – não necessariamente linear – de temas sociais e políticos que nos remete à compreensão de um processo muitas vezes carente de profunda investigação. Trata-se de um processo próprio das democracias participativas, daquele que vai desde um movimento por uma demanda sociopolítica, manifestada nas ruas, passando pela necessária consciência política de seus atores, até a compreensão da materialização de uma política pública. Neste sentido, a psicologia política faz o papel de um marco teórico que inspira a confiança no diálogo, na crítica e no enfrentamento de uma realidade social e, ao mesmo tempo, política.

Fica a sensação que os textos reunidos desejam demonstrar a capacidade instrumental da Psicologia política para enfrentar o desafio epistemológico y metodológico, onde outros campos

disciplinares falharam, por conta de arquiteturas arcaicas, herméticas e estanques.

Porém, o primeiro desafio desta obra foi definir a Psicologia política como origem e destino. Tarefa nada fácil de conseguir quando na introdução, Agustín Espinosa define a Psicologia política como uma subdisciplina ligada à Psicologia Social, mas que ao mesmo tempo transcende esta última ao integrar outras disciplinas, especialmente das ciências sociais para integrar conteúdos teóricos, metodológicos e temáticos da cultura política. Um evidente contraste com a definição leboniana que a vincula com “as incertezas da Ciencias Sociales” (Le Bon, 1921:4) e com aquela apresentada por Alessandro Soares da Silva cuja definição é interdisciplinar abrindo espaço para um capo fora das fronteiras psicológicas e inscrita junto as demais ciências sociais. (Silva, 2012ab, 2015; Almeida, Silva & Corrêa, 2012).

Assim, a Psicologia política como campo transfronteiriço e não como disciplina é a contribuição à análise do comportamento político, é a grande aposta da coletânea da obra. Mas Espinoza é consequente com a linha de trabalho que vem desenvolvendo quando propõe que a cultura política permite organizar e dar sentido à informação política e social (Schmitz & Espinosa, 2015).

Portanto, não há muito acordo sobre o lugar da Psicologia política no campo científico entre os autores deste livro. Porém, parece haver certo consenso para onde a psicologia política se dirige (Silva, 2015; Silva & Corrêa, 2015).

¹ Um trabalho anterior titulado Psicologia Política. Temas atuais de investigação, organizado por Salvador Sandoval, Domenico Uhng Hur e Bruna do Amaral Dantas foi publicado em 2014 pela Ed. Alínea.

Já no primeiro capítulo, Alessandro Soares da Silva desenvolve a ideia que a Psicologia política provém de tempos remotos, também como ciência do governo. Desta forma, este “campo de conhecimento interdisciplinar”, afirma, está destinado às transformações sociais, visto ser ele um campo científico que desempenha um papel social e político.

Silva entende que a Psicologia Social contribui à psicologia política e é possível realizar psicologia política a partir de teorias psicossocial sobretudo quando em uma perspectiva “crítica, aberta aos novos modos de agir, preocupada com os projetos de vida individuais e com a dinâmica dos processos históricos e sociais” e diríamos também políticos. Mas ele não a reduz a isso e abre as portas para outras formas, lugares e teorias que podem estar na História, no Direito, na Administração e nas Ciências Sociais. Essa natureza faz com que a psicologia Política esteja livre de amarras disciplinares constituindo-se fluidamente num espaço intersticial e não aprisionada, reduzida a forma de aplicação de teorias psicológicas como vê Agustín Espinosa e outros autores.

E se a questão é o processo de participação política numa determinada democracia, qual é o papel da psicologia política? Esta é a pergunta que busca responder a venezuelana Maritza Montero que foi presidente da *International Society of Political Psychology* (2005-2006). Ela começa precisamente pelo processo histórico onde afirma que a história não se repete, nem os fatos históricos são iguais, senão trata-se das ações dos seres humanos que se repetem uma e outra vez, mas sempre – diz ela – com consequências

diferentes. Montero, psicóloga de formação e dedicada à psicologia comunitária (Costa, 2015), afirma que a psicologia política “deriva de uma psicologia social orientada para o conhecimento de fenómenos políticos”. Por isso insiste numa função pragmática: uma psicologia aplicada à compreensão da política, ou seja, dar explicações teóricas a fenómenos políticos, a partir de teorias e conceitos psicológicos.

Outra questão levantada por Montero trata da relação entre a ciência política e a psicologia política. Assim revela-se uma combinatória de possibilidades permitidas pela ciência e o rompimento de fronteiras disciplinares tal como propôs González-Suárez (2012) sobre os riscos da especialidade restritiva. É assim como ela menciona uma psicologia social da política, ciência política psicológica ou inclusive, a psicologia política como extensão da ciência política.

Por isso, ela também argumenta que há quem defenda o fato que uma psicologia política, propriamente dita teria como objeto de estudo a produção de teorias no seu próprio campo de estudo e não a apropriação de teorias desenvolvidas na psicologia e seu deslocamento a outros campos como a ciência política. Mas essa ideia, a nosso ver seria limitadora. Por que privar a Psicologia Política de outras teorias? Que disciplina não compartilha conhecimentos teóricos para investigar fenómenos sociais ou políticos? Estas ideias vão à corrente contrária do trabalho que se vem desenvolvendo nos últimos anos na psicologia política latino-americana.

Uma terceira forma de entender a psicologia política diz Montero, é mediante a distinção do espaço público e o espaço

privado. Ela distingue os estudos psico-históricos, o caráter político presente no simples fato de viver em sociedade, o uso consciente do espaço público como tarefa politizante, o comportamento coletivo e individual associado à organização social do espaço público, objetos de estudo ao mesmo tempo difícil e complexo. Portanto, trata-se de definir a capacidade da psicologia política de incidir na vida política e no espaço público, na vida das pessoas e a capacidade de ser útil. Todavia, Montero não define essa utilidade, nem para quem deve ser essa utilidade ou que tipo de utilidade. A pergunta que fica é se acaso as demais disciplinas já decifraram ou identificaram as inutilidades para fazer de seus estudos, úteis?

O artigo de Ernesto Pacheco vasculha na origem estadunidense da psicologia política e a subjetividade dos atores políticos desvendando que a psicologia política como campo de saber “representa uma fonte de inspiração psicológica da política”. Nesse trajeto, busca demonstrar que diversos autores, ao longo do tempo, consideraram os aspectos subjetivos na busca de entendimento de práticas sociais, onde não é possível separar a “natureza humana da política” e muito menos, diríamos, da condição humana da sociedade. Citando a Fred Greenstein (1970), Pacheco apresenta três tipos de sistematização no estudo de psicologia política: análise psicológica individual de atores políticos, análise tipológica de atores políticos e análise de agrupamentos sociais. Pacheco conclui o seu capítulo fazendo uma composição de contribuições entre a psicologia e a psicanálise à psicologia política somada à interdisciplinaridade deste campo. Porém,

que a pesquisa seja analítica e bem documentada não implica que esta seja necessariamente crítica. Questão que será levantada por outros autores neste trabalho.

Felipe Corrêa e Marco Antônio de Almeida, de forma entusiasta, se atrevem a posicionar a psicologia política em uma das questões que talvez seja umas das brilhantes vocações deste campo de estudo “interdisciplinar dinâmico” (Silva, 2012ab, 2015) desde suas origens. No capítulo denominado *Teorias dos Movimentos Sociais e Psicologia Política*, os autores mergulham em diversos conceitos que definem a psicologia política nos contornos dos movimentos sociais pelo seu arcabouço teórico metodológico muito adequado para o seu estudo. A partir das definições de autores como McAdam, Tarrow e Tilly a respeito dos movimentos sociais, não cabe dúvida para Corrêa e Almeida que os movimentos sociais são caracterizados por elementos de ordem política, como organização não-institucional e que abarca as três esferas de Bruno Rocha (2009): a econômica, política e social.

Da mesma forma, abordam a Teoria dos Novos Movimentos Sociais que agregam novas variáveis surgidas nos últimos tempos. Portanto os movimentos sociais devem ser compreendidos a partir da noção de interdependência, tensão e conflito, além das esferas mencionadas, a jurídico/militar cultural/ideológica. Desta feita, a psicologia política proporciona essa capacidade de estudo e compreensão pelo seu caráter interdisciplinar, a maneira de compreender o poder e os elementos que é capaz de interatuar (Silva, 2015; Almeida, Silva & Corrêa, 2012).

No capítulo denominado *A Oferta e a Demanda da Participação*, Bert Klandermans aposta por uma abordagem da ciência econômica para compreender os correlatos psicossociais da participação nos movimentos sociais. A demanda segundo ele se refere ao “potencial de uma dada sociedade para protestar sobre um tema específico”; enquanto que a oferta refere-se “às oportunidades oferecidas pelas organizações para que se possa protestar sobre o referido assunto”. Pese a esta arriscada abordagem, Klandermans elabora um interessante conjunto de definições teóricas para compreender os movimentos sociais. Porém, deixa de lado elementos subjacentes importantes outorgados pela economia como a questão da utilidade marginal de participação, os custos-benefícios da participação, a propensão marginal de participação ou mesmo aproximar-se de um hipotético ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda, entre outras abordagens, elementos próprios de uma dinâmica econômica de estudo.

O seguinte capítulo trata-se de um já clássico tema da psicologia política. Da pluma de Salvador Sandoval, o texto é uma releitura de um artigo originalmente publicado em 2001. Seu estudo sobre a consciência política, baseado nos movimentos sindicais da década de 80 do século XX, define, com muita lucidez, cada dimensão do seu (hoje) famoso modelo analítico da consciência política. Este permite compreender as formas de ações coletivas e individuais voltadas à participação. Este modelo analítico articula teorias sociológicas e psicossociais a partir de uma base interacionista simbólica. Este capítulo é leitura obrigatória para uma das

mais importantes contribuições da psicologia política ao estudo dos movimentos sociais.

As características específicas já mencionadas da psicologia política permitem navegar confortavelmente no mar das políticas públicas. É isso que tenta demonstrar Telma Regina de Paula Souza no capítulo denominado *“Políticas Públicas no enfoque da Psicologia Política”*, no qual afirma que a psicologia política tem um papel analítico nas políticas públicas como “intervenção para a construção, afirmação (legitimação) ou negação (antagonismo) dessas políticas”.

Para ela, ao mesmo tempo em que pode compor um modo de analisar políticas públicas, ela pode ajudar a desnaturalizar as ideologia conservadoras que têm dominado as abordagens de políticas públicas nos últimos anos: em nome do interesse público muitas mantêm estruturas verticais, centralizadoras e autoritárias.

Por essa razão a autora atribui à participação social nas políticas públicas um papel fundamental: ela passa pelo respeito aos direitos fundamentais, pelo equilíbrio de poderes, pelas formas de liberdade, representação e pelo estabelecimento de limites às ações do executivo. Porém, e é importante ressaltar, a autora condiciona este desafio a uma psicologia política comprometida eticamente com os processos de objetivação/subjetivação que possibilitem a ampliação da participação social.

Souza tem o mérito de destacar a participação da sociedade civil, como representante de seus próprios interesses no controle da produção de recursos sociais fundamentais. Contudo, ela alerta

para o fato de que essa participação não traz garantias de materialização dos princípios que orientam uma política pública socialmente justa. A conservadora estrutura política do Estado não permite tal controle, pois como apontam Pedro Jacobi (1993), Gilles Massadier (2005), isto acontece também num espaço de enfrentamento e interação com o Estado.

Mas como se gera essa relação de consciência e participação no âmbito público? É precisamente o tema que aborda o capítulo seguinte de Alessandro Soares da Silva e Inácio Ferreira Júnior quando se referem à *"Consciência, Participação Política e Serviço Público entre Agentes de Apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, Brasil"*.

O capítulo se desenvolve com o arcabouço do modelo analítico de consciência política (Sandoval, 2001) em torno à administração (PMSP) da maior cidade do Brasil. Claramente o capítulo articula o modelo de Sandoval para o estudo da Consciência Política e as reflexões de Souza sobre políticas públicas.

Levantando os elementos próprios da consciência política como a identidade coletiva, crenças e valores sociais, identificação de adversários e interesses antagônicos, sentimento de eficácia política, sentimento de justiça e injustiça, metas de ação coletiva e a vontade de agir coletivamente os autores analisam como a reforma administrativa afeta e mobiliza esses atores sociais. O resultado? É a compreensão tanto da participação dos trabalhadores da PMSP nas mobilizações sobre diversas reivindicações quanto de sua ausência. Isso que permite revelar uma série de situações sobre a condição laboral e a propensão de mobilização.

Finalmente, Dennis de Oliveira traz a aguda reflexão sobre *A Primavera "Invernal" brasileira, uma Esfera Pública Radical em Disputa*. Oliveira relembra, de maneira analítica e interpretativa, a mobilização social de 2013 acontecida inicialmente em São Paulo, onde levanta a questão da rejeição, em distintos níveis, aos partidos políticos e à política mesma no sentir dos manifestantes. Mas alerta que estes fenômenos não podem ser considerados como processos de despolitização ou de atitudes despolitizadas.

O autor analisa o papel dos partidos políticos nessa mobilização e o papel da política na era da informação. Destaca que a característica psicobiográfica dos manifestantes (Gohn, 2014; Silva, 2017) poderia definir o rechaço à democracia (neo)liberal brasileira. E conclui com o papel da violência na sociedade brasileira que "transforma as diferenças em hierarquias" dando lugar a episódios de agressões contra militantes de partidos político nas passeatas.

O livro *No Interstício das Disciplinaridades: A psicologia Política* é um compêndio bem elaborado de textos que desde distintas abordagens caracterizam de maneira inovadora a psicologia política insertada na realidade brasileira. Pese as abordagens particulares de cada autor, logra-se uma harmonia de leitura para compreender a psicologia política como tal. Há um esforço por posicioná-la como um campo multidisciplinar, mas obviamente se requerem outras leituras mais, outros textos para perceber essa certeza, precisamente por essa pluralidade pouco comum em outros campos de estudo.

Mas isso não tira o mérito dos testes apresentados nem muito menos dos seus organizadores. O título segue sendo ambicioso para o limite imposto para um formato como o livro impresso. Este trabalho, de Silva e Corrêa é, sem dúvida alguma, uma leitura recomendada para se adentrar em um dos campos mais promissores para conhecer de perto novas abordagens para uma infinidade de temas políticos e sociais que vão dos movimentos sociais às políticas públicas. E esta obra aborda magistralmente estes aspectos tão atuais e presentes no nosso cotidiano.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Marco., Silva, Alessandro S., & Corrêa, Felipe. (2012). *Psicologia Política Debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo:ed. EACH.
- Costa, José Fernando A. (2015). Fazer para Transformar: a Psicologia Política das Comunidades de Maritza Montero. *Rev. Psicologia Política*, 15(33), 269-283.
- Gohn, Maria G. (2014). *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. São Paulo: Vozes.
- González-Suárez, Mirta. (2012). *Psicologia Política*. San José: Ed. UCR.
- Greestein, Fred. (1970). *Personality and Politics: problems of evidence, inference, and conceptualization*. Chicago: Markham.
- Jacobi, Pedro (1993). *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Le Bon, Gustave. (1910). *Psychologie Politique*. Paris: Flammarion.
- Massadier, Gilles. (2005). *Politique et Action Publique*. Paris: Armand Colin.
- Sandoval, Salvador. (2001). The Crisis of Brazilian Labor Movement and Emergence of Alternative Forms of Working Class Contention in the 1990. Em *Rev. Psicologia Política*, 1(1), 173-195.
- Silva, Alessandro S., & Correa, Felipe. (Orgs). (2015). *No Interstício das Disciplinaridades: a Psicologia Política*. Curitiba: Prismas.
- Silva, Alessandro S. (2012a). *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Tese de livre docência. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo: USP.
- Silva, Alessandro S. (2012b). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Revista Psicologia Política* 12(25), 409-426.
- Silva, Alessandro S. (2015). Produção de conhecimento em psicologia política e a avaliação de periódicos no Brasil. *Rev. Psicologia Política*, 15(33), 243-253.
- Silva, Alessandro S. (2017). Notas para uma História da Ciência da Psicologia Política. *Revista Brasileira de História da Ciência*. 108-128.
- Schmitz, Mathias., & Espinosa, Augustín. (2015). Ideología, emocionalidad y crisis de gobernabilidad en Lima Metropolitana: un estudio correlacional sobre el proceso de revocatoria del 2013. *Revista Electrónica de Psicología Política* 13(34), 46-63.

Recebido em 14/02/2017

Revisado em 23/05/2017

Aceito em 25/05/2017